



# Município de Votuporanga

## Estado - São Paulo

LEI Nº 5216, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2012.

### Mostrar alterações

(Institui Contribuição para custeio do serviço de iluminação pública, na forma do artigo 149-A da Constituição Federal, autoriza convênio e dá outras providências).

**FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VOTUPORANGA APROVOU E EU, NOS TERMOS DO ARTIGO 53, III DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI:**

**Art. 1º** Fica instituída no Município, nos termos da presente lei, a Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública – CIP, prevista no artigo 149-A da **Constituição Federal**, para especificamente cobrir as despesas com o consumo de energia pública da zona urbana e de expansão urbana e as despesas de custeio de investimentos de Iluminação Pública nas áreas citadas, no que tange às necessidades de sua ampliação, modernização com melhoria da eficiência luminosa e economia de energia, manutenção, melhoramentos e expansão das redes de iluminação pública e outras atividades a eles correlatos.

**Art. 2º** É fato gerador da CIP o consumo de energia elétrica por pessoa natural ou jurídica, mediante ligação regular de energia elétrica no território do Município.

**Art. 3º** Sujeito passivo da CIP é o consumidor de energia elétrica residente ou estabelecido no território do Município e que esteja cadastrado junto à concessionária distribuidora de energia elétrica titular da concessão no território do Município.

**Art. 4º** A base de cálculo da CIP é o valor mensal do consumo total de energia elétrica constante na fatura emitida pela empresa concessionária distribuidora.

**Art. 5º** A alíquota da CIP é de 8% (oito por cento) a base de cálculo.

**Parágrafo único.** Estão isentos da contribuição os consumidores da classe residencial monofásica com consumo de até 80kWh/mês, bem como as propriedades rurais. **(Redação dada pela Lei nº 7.025, de 07.11.2023)**

**Art. 6º** As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

**Art. 7º** Esta lei entrará em vigor 90 (noventa) dias após sua publicação, gerando seus efeitos somente quando o Município assumir a responsabilidade de manutenção dos serviços de iluminação pública.

**Art. 8º** Esta lei será regulamentada por decreto, no prazo de 30 (trinta) dias.

**Art. 9º** Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar, por si ou por delegação, convênio de cooperação com a concessionária de serviço público de energia elétrica, para a implementação do disposto no art. 149-A da **Constituição Federal** e demais encargos decorrentes do regramento municipal de regência da matéria.

**Art. 10.** Revogam-se as disposições em contrário.

*Paço Municipal "Dr. Tancredo de Almeida Neves", 21 de dezembro de 2012.*

**NASSER MARÃO FILHO**

*Prefeito Municipal*

*Publicada e registrada na Divisão de Expediente Administrativo e Legislativo da Prefeitura Municipal, data supra.*

**MARIA IZABEL RAMALHO DE OLIVEIRA**

*Diretora da Divisão*

Esta lei sofreu Emenda da Comissão de Justiça e Redação e Emenda nº 2 do Vereador Osvaldo Carvalho da Silva.